



**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO DIREITO À INFORMAÇÃO PÚBLICA:
ANÁLISE COMPARATIVA DA EXPERIÊNCIA MOÇAMBICANA**

Artur Silasse Chichava Júnior, M.A.¹

Lisete Felismina Matusse, M.A.²

Judy Sucá³

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, Ph.D.⁴

Clasificación PUBLINDEX - MINCIENCIA: Estudio de caso.

Recibido: Febrero 2022

Aceptado: Agosto 2023

Resumo:

Este estudo buscou compreender o estágio da transparência pública em Moçambique. Como fundamentação teórica, apresenta algumas transformações recentes no campo da Administração Pública visando sua modernização, discute a transparência e o acesso à informação como estratégias que levam a novas formas de interação entre governos e sociedade e analisa a emergência da Accountability. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que recorreu à fontes de dados secundárias de diferentes organismos internacionais e países para traçar comparações sobre as estratégias de promoção

1. Artur Silasse Chichava Júnior, M.A. in Public Administration, University A Politécnica de Moçambique, civil servant of the Federal Government of Mozambique, Maputo, Mozambique.

2. Lisete Felismina Matusse, M.A. in Public Administration, University A Politécnica de Moçambique, civil servant of the Federal Government of Mozambique, Maputo, Mozambique.

3 Judy Sucá, M.A. in Public Administration, University A Politécnica de Moçambique, civil servant of the Federal Government of Mozambique, Maputo, Mozambique.

4. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, Ph.D., Associate Professor, Postgraduate Program in Management Head of Research Center on Ethics and Social Management (NUPEGS) Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte - Minas Gerais – Brazil.

da transparência pública implementadas pelo Estado Moçambicano. Concluiu que apesar de ter sido introduzida recentemente a Lei de Direito à Informação, fundamento básico para a transparência, Moçambique enfrenta enormes desafios para aproximar os cidadãos à gestão pública. O incumprimento dos prazos de tempo de resposta às solicitações de informação, o desconhecimento da legislação, a quase inexistência de transparência activa, bem como a falta de comprometimento político para com a transparência são os maiores desafios nacionais para que haja uma gestão pública aberta em Moçambique.

Abstract

This study sought to understand the stage of public transparency in Mozambique. As a theoretical basis, it presents some recent transformations in the field of Public Administration aiming at its modernization, discusses transparency and access to information as strategies that lead to new forms of interaction between governments and society and analyzes the emergence of Accountability. This is a qualitative research, which used secondary data sources from different international organizations and countries to draw comparisons on the strategies to promote public transparency implemented by the Mozambican State. It concluded that despite the recent introduction of the Right to Information Law, a basic

foundation for transparency, Mozambique faces enormous challenges in bringing citizens closer to public management. Non-compliance with the deadlines for responding to requests for information, ignorance of the legislation, the almost non-existence of active transparency, as well as the lack of political commitment to transparency are the biggest national challenges for an open public management in Mozambique.

Palavras-chaves: Transparência Pública. Acesso à Informação. Accountability. Moçambique.

Keywords: Public Transparency. Access to information. Accountability. Mozambique.

Introdução

A mudança do paradigma do modelo de desenvolvimento proposto por John Maynard Keynes trouxe uma nova forma de gerir o erário público. Keynes propôs uma intervenção do Estado em todos os setores a fim de prover, dentre outros, o pleno emprego, educação e saúde aos cidadãos (TAVEIRA, 2010). Trata-se de um modelo de gestão pública que viera a entrar em crise profunda na medida em que o Estado não conseguia garantir o Bem-Estar para todos os cidadãos (GUERRA et al., 2012).

Foi nesse contexto que, no início da década de 1980 com a ascensão de Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos

de América (EUA), começou-se com as privatizações e, conseqüentemente, redução da intervenção estatal (TAVEIRA, 2010; GUERRA et al., 2011; SARAIVA, 2000). A esta forma de gestão pública, muitos doutrinadores do Estado conferem-no a denominação de Neoliberalismo, que ocorre simultaneamente com o chamado processo de globalização (GUERRA et al., 2012). Outrossim, com esta mudança de modelo de gestão, ocorre igualmente o rompimento com os modelos tradicionais de administração dos recursos públicos e a introdução de uma nova cultura de gestão pública (GUIMARÃES, 2000; TAVEIRA, 2010).

Vale ressaltar que, neste novo paradigma, muitos países passam a promover um processo democrático ao bojo da máxima divulgação de informação (SEDIYAMA, 2014). E como corolário disso, em inícios da década de 1980 a transparência passou a ser uma inquietude para a gestão pública. Para os governantes, o conceito de democracia passou a demandar o dever de prestação de contas sobre as suas acções do Estado perante à sociedade que lhes outorga o poder, e para os cidadãos, passou-se a demandar-se uma estreita vigilância sobre o uso do poder concedido aos governantes (ROCHA, 2013).

Actualmente, a transparência na gestão pública desperta interesse em muitos pesquisadores. Fenômenos

como a participação dos cidadãos na definição orçamentária, os mecanismos de prestação de contas ao cidadão e o direito de acesso à informação pública tem despertado interesse de pesquisadores do campo da Administração Pública, de forma geral e nos estudos da transparência pública, de modo particular.

Em Moçambique, estudos sobre a transparência na gestão pública são ainda incipientes. Embora o Artigo 48 da Constituição da República (CRM) determine que “Todos os cidadãos têm direito à informação”, a lei específica para a operacionalização deste direito fundamental só foi aprovada aos 31 de Dezembro de 2014 através do Decreto 34/2014.

Este estudo objetiva discutir o estágio da transparência em Moçambique à luz da Lei Nacional de Direito à Informação. Ademais, faz comparação das práticas moçambicanas com outros países, visando identificar as diferenças e semelhanças das leis e os mecanismos que a adotam para garantir o direito à informação aos cidadãos.

Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de carácter qualitativo e com orientação para a pesquisa participante, visto que parte da equipe de autores faz parte da burocracia moçambicana. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e análise de dados secundários relacionados à transparência pública, participação

popular nas políticas públicas e o processo de Accountability nesse país africano.

A análise comparative de políticas públicas e contextos subnacionais também se soma às estratégias metodológicas adotadas. No presente artigo, a comparação entre a trajetória histórica e realidade sociopolítica e econômica de Moçambique e do Brasil serve como esteio para a compreensão dos desafios da democratização da relação entre Estado e sociedade civil a partir do acesso à informação. Esse recurso analítico permitiu avançar na compreensão de como se dá a difusão de políticas orientadas para a transparência pública e accountability em países que, a despeito de expressivas diferenças sociohistóricas, culturais, políticas e econômicas, são marcados por aproximações relevantes, como a lusofonia, a experiência histórica como colônias portuguesas e a ocorrência de períodos de autoritarismo em sua trajetória como povo e nação.

As sessões subsequentes a esta introdução, apresentam o marco teórico que sustenta a pesquisa, com destaque para os temas da modernização do Estado, da transparência pública, do direito à informação e da Accountability. Essa teorização se dá sobretudo pelo diálogo com a produção e abordagens provenientes do contexto latinoamericano e brasileiro sobre os temas teóricos centrais do estudo, visto que são realidades nacionais

e estatais marcadas pelos desafios de modernização do Estado em contextos de redemocratização recente, desigualdades socioeconômicas e políticas persistentes e influência de agências internacionais sobre os modelos de gestão governamental. Após essa discussão teórica, na sessão Percurso Metodológico, são apresentadas as estratégias de pesquisa adotadas e discutidas suas implicações para a análise dos dados. Na sessão intitulada Lei de Direito à Informação em Moçambique, problematiza-se a transparência pública no país, os esforços para modernização da relação entre Estado e sociedade civil a partir de fundamentos democráticos de organização do Estado e os desafios encontrados nesse país africano. Nas considerações finais, faz-se um balanço dos avanços e dos pontos que ainda demandam esforços tanto da burocracia pública quanto da sociedade civil para o avanço da transparência em Moçambique e são apontadas novas agendas de pesquisa, com destaque para o aprofundamento do diálogo investigativo entre África e América Latina.

Administração Pública: tendências e tensões em busca de modernização

O Estado de Bem-Estar social surge como resposta política à crise ocorrida após a Segunda Guerra Mundial causada pelo choque de petróleo (CARINHATO,

2008). Teve a sua génese nos EUA e Europa sob influência das ideias de Keynes (FERNANDES, 2008:16). Porém, foi Roosevelt que, sob ponto de vista prático, introduziu os padrões do Estado de Bem-Estar social, conforme relata BRENDLER (2006).

Sob ponto de vista teórico, este modelo de gestão pública foi inspirado pelos fundamentos da obra de John Maynard Keynes, intitulada Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, na qual o autor estabelecia as proposições de um Estado intervencionista, preocupado com a busca do pleno emprego, fixação de um salário nominal e investimentos para proporcionar saúde, habitação, educação e outros direitos sociais que entendia que deveriam ser assegurados ao cidadão pelo Estado (KEYNES, 1996).

Além dos EUA, outros países, considerados avançados económica e politicamente, adoptaram o modelo de Keynes sob impulso de partidos social-democratas ou trabalhistas (FERNANDES, 1995). Um dos diagnósticos que fundamentavam essa adoção advinha da crença de que o capitalismo estava constantemente ameaçado por ciclos de depressão económica e, por essa razão, a participação do Estado na economia era fundamental para a correcção das falhas que o sistema apresentava ao mercado (FREITAS; STADUTO & SKIKIDA, 2004).

Todavia, o modelo de Keynes

começou a entrar em colapso na década de 1970, quando houve o chamado “Choque do Petróleo” no mercado internacional, facto que levou diversos países a apresentar quedas no ritmo de crescimento, aumento do desemprego e do índice de inflação (HAYEK, 1977; GUERRA et al. 2012; FERNANDES, 1995; ANDERSON, 1995). A crise ficou ainda mais aguda com o aumento do número de pessoas que eram assistidas. Essa situação fez com que o modelo keynesianismo não fosse capaz de administrar as crescentes expectativas com relação a Política de Bem-Estar (FERNANDES, 1995).

Historicamente, o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Sob ponto de vista simbólico, representava uma reacção teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar (ANDERSON, 1995; PERREIRA, 2004; HOPE, 2000:120). Para os neoliberais, a liberdade de mercado seria a chave para evitar a concentração do poder e gerar desenvolvimento em diferentes dimensões da vida social. Com o governo tendo poder limitado e descentralizado, resumindo-se à regulação económica, o esperado pelo ideário neoliberal é que a riqueza económica acumulada gerasse um efeito transbordamento para a educação, saúde e qualidade de vida em geral (FRIEDMAN, 1982; FERNANDES, 1995).

Concomitante com o triunfo do neoliberalismo, surgiu um novo paradigma de gestão pública denominado Nova Administração Pública - NAP (GUERRA, et al. 2012, OLIVEIRA; SANT'ANNA & VAZ, 2010). O termo Nova Administração Pública foi usado pela primeira vez por Christopher Hood numa aula inaugural na London School of economics (LSE) para se referir à um conjunto de doutrinas administrativas similares em ascendência no final dos anos 1970 (SEABRA, 2001).

Não obstante, para o alcance destes objectivos, este novo paradigma de administração pública deveria estar atrelado à redução no crescimento do Estado; terciarização e privatização dos serviços outrora oferecidos pelo Estado; a adopção das novas tecnologias de informação; e a cooperação entre os países para a partilha de uma agenda pública comum, constituindo-se em princípios fundamentais da NAP (GUERRA et al. 2012).

Os preceitos do novo paradigma de gestão pública tem por finalidade melhorar os serviços oferecidos à população, aumentando a sua participação nas decisões públicas e fornecendo-a uma maior transparência sobre a gestão dos bens públicos (DIAS, 2008). Todavia, para que eles sejam efectivos, deve-se transformar as estruturas burocráticas e hierarquizadas em organizações flexíveis, autónomas e empreendedoras (BRESSER-

PERREIRA, 1996), o que demanda o rompimento com os modelos tradicionais de administração e a introdução de uma nova cultura de administração pública (GUIMARÃES, 2000), que favoreça a cidadania e a expressão da sociedade civil (SARAIVA, 2000; KLIKSBURG, 1994; SOUSA et al. 2013).

Ademais, é importante o desenvolvimento nos servidores públicos de uma consciência de comprometimento em prol da construção de uma sociedade mais preparada para enfrentar as exigências de um mundo de mudanças (SARAIVA, 2000). Apesar das mudanças sociais rápidas, deve-se repensar os modelos organizacionais vigentes na gestão pública (KLIKSBURG, 1992).

Transparência Pública e Direito de Acesso à Informação

A transparência é um elemento de comunicação entre o cidadão e o agente público; é um contrato social tácito em que na perspectiva da clássica teoria da agência, o cidadão delega ao agente público uma actividade de interesse e monitora sua realização (ALVES, 2015). LYRIO (2016) corrobora a visão de ALVES (2015) ao defender que a transparência é um factor chave para reforçar a democracia e lutar contra a corrupção (LYRIO, 2016).

Do ponto de vista de génese, a transparência surgiu com o pensador John Locke através da sua ideia de fim da “razão de Estado”, justificativa utilizada para diversas acções estatais que prescindiam de explicações ao público (ANGÉLICO, 2012). Actualmente, o conceito de transparência extrapola à meras explicações ao público sobre os actos governamentais e públicos. O termo é visto como um fundamento indispensável para superar as assimetrias de informação entre o Estado e o cidadão (SEDIYAMA et al. 2014). É condição necessária, embora não suficiente, para a efectivação de qualquer ordem democrática, na medida em que, só há controle efectivo dos governantes se seus actos forem adequadamente informados à sociedade (LOUREIRO, 2008).

Na Nova administração Pública há estímulo à transparência, pois um dos seus objectivos essenciais tem que ver com a divulgação dos actos governamentais ao cidadão e contribuir para o fortalecimento da democracia, prestigiar e desenvolver a noção de cidadania (PIRES et al., 2013). A Promoção da transparência e do acesso à informação são considerados medidas fundamentais para o fortalecimento das democracias modernas uma vez que possibilitam que o poder público seja exercido de forma aberta e à vista do cidadão e dessa forma, acompanhar, avaliar e auxiliar o controle da gestão daquilo que é público (SEDIYAMA et al.,

2014). Para tal, a criação de mecanismos institucionais de prestação de contas é condição crucial para o funcionamento do governo democrático, tanto quanto das instituições representativas (DAHALL, 1997apud LOUREIRO, 2008). O combate à corrupção, a defesa dos direitos humanos, a melhoria do debate público e o reforço da participação cidadã, são algumas das promessas possíveis de serem realizadas se tais mecanismos de transparência forem disponibilizados e utilizados de maneira adequada (ANGÉLICO, 2012).

Os países que buscam promover o processo democrático de acesso às informações sobre a gestão pública têm abordado de forma crescente as discussões sobre a transparência (SEDIYAMA et al. 2014). A despeito da busca da promoção do processo democrático de acesso à informação pública, ressalta-se que “a verdadeira transparência está na possibilidade da sociedade obter e interpretar a informação completa, oportuna e confiável sobre a gestão pública e conduta dos servidores públicos” (GRAU et al. 2005:49)

Segundo Pinho (2012) para que os governos sejam transparentes e efectivamente democráticos é preciso instaurar mecanismos que forcem a prestação de contas das informações de cada órgão [...] além da criação de índices de transparência para avaliação de cada área governamental (PINHO, 2012).

Accountability

O termo Accountability tem origem em meados da década de 1980, nos países de língua inglesa e não tem uma definição única (SEDIYAMA et al. 2014). É um termo da língua inglesa, sem tradução exacta para a língua portuguesa, mas que pode ser entendido como o acto de prestação de contas de forma responsável (CRUZ et al. 2012).

Charles D. Kenney na sua obra *Reflections on Horizontal Accountability: Democratic Legitimacy, Majority Parties and Democratic Stability in Latin America* refere que a expressão tenha sido utilizada pela primeira vez nos Estados Unidos da América por Samuel Willians, em 1794 com a sua publicação *The Natural and Civil History of Vermont*, na qual abordou a questão da falta de prestação de contas e responsabilização nos moldes similares dos de hoje (KENNEY, 2000).

Em termos conceituais, Accountability é um conjunto de mecanismos que forçam os gestores, servidores e agentes públicos a prestarem contas de suas acções, para que estas obedeçam aos princípios institucionais de um Estado democrático (SANO, 2003).

Sob ponto de vista de finalidade, a Accountability tem o intuito de fazer com que os governos respondam os anseios da sociedade e contribuam para uma

actuação responsável (LUNKES, 2015:91). Porém, a Accountability vai além de uma mera publicação de um relatório anual com dados de projectos e informações contáveis, mas também representa uma postura de responsabilidade que se exercita no quotidiano da gestão, frente à públicos internos e externos” (FALCONER 1999:19 apud CRUZ et al. 2012). Outrossim, para que a Accountability seja afectivo é necessário que haja um comprometimento político para com a gestão pública aberta sob pena de transparecer uma ferramenta coersiva (CRUZ et al. 2012). Em democracia, a Accountability deve ser entendida em dupla obrigação”[...] dos governantes, de prestar contas das suas acções perante a sociedade que lhes outorga o poder; e dos cidadãos, de manter uma estreita vigilância sobre o uso do poder concedido aos governantes” (ROCHA, 2013:97).

A tarefa mais importante dos regimes democráticos tem que ver com a necessidade de desenvolvimento de formas e instrumentos de Accountability, processos de avaliação e responsabilização permanente dos agentes públicos que não permitam ao cidadão controlar o exercício do poder (ROCHA, 2013) tudo porque a Accountability governamental se materializa a partir da divulgação de informações claras e tempestivas acerca de resultado da actuação da gestão pública, bem como suas implicações para a sociedade (CRUZ et al. 2012).

A Accountability é dividida em dois tipos: horizontal e vertical. A Accountability horizontal é caracterizada pela existência de órgãos fiscalizadores e reguladores do poder público enquanto que, a Accountability vertical não considera outros meios de responsabilização e fiscalização das acções do gestor público, tais como fóruns, orçamentos participativos, e-governo etc, (O'DONNELL, 1998). Contudo, não existe nenhum consenso em torno dos elementos constituintes da Accountability vertical, mas é notório que a prestação de contas sobre as acções públicas é um elemento central nesse quesito (BODART, 2015).

Contudo, vale salientar que, sem a Accountability horizontal, a Accountability vertical pode ser comprometida, uma vez que a dificuldade ao acesso das informações públicas pode impossibilitar o maior acompanhamento das acções da gestão pública pelos cidadãos (BODART, 2015). Todavia, de um modo geral, para a prossecução dos preceitos fundamentais da Accountability, transparência e do direito de acesso à informação, a Internet assume uma importância fundamental porque ela proporciona aos governantes uma oportunidade única para o desenvolvimento de canais de relacionamento com a sociedade, criando novos serviços, com melhor qualidade, menor custo e viabilizando potencialmente ao cidadão a participação de forma mais efectiva na administração pública

(MENEZES, 2006).

Percurso Metodológico

No presente estudo foi adoptada a estratégia de pesquisa qualitativa (GODOY, 1995). Sendo que em termos de propósito, o estudo foi essencialmente descritivo, na medida em que, caracteriza os vários cenários subjacentes à garantia do direito à informação ao cidadão em Moçambique, Brasil, África do Sul, Suécia, Estados Unidos de América e Uganda.

Para conferir fiabilidade aos nossos dados, foram adoptados múltiplos casos. Com a escolha de múltiplos casos pretendíamos encontrar evidências inseridas em contextos diferentes (STAKE, 2005). Ademais, foram aplicados procedimentos mais apurados e despendido mais tempo no processo de colecta de dados quer no Brasil, quer ainda em Moçambique e foram, ademais, replicadas as mesmas questões em ambos casos (STAKE, 2005). Outrossim, empregamos diversos instrumentos como forma de conferir validade ao estudo e evitar que ficasse subordinado à subjectividade dos pesquisadores (YIN, 2010). Foram aplicadas entrevistas aos responsáveis pelo sector de transparência (caso do Brasil), através das quais se procurou como é disseminada a informação sobre a gestão pública. Optamos pelas entrevistas

porque é uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso (YIN, 2010).

A despeito dos dados acima, no presente estudo adoptamos a triangulação de dados como principal estratégia a compreensão mais aguçada da implementação da Lei de direito à informação. A triangulação de dados permitiu-nos cruzar, comparar e avaliar diferentes cenários da aplicação da Lei de Direito à Informação à volta do mundo. Analisamos cenários de seis países aleatoriamente com as excepções do Brasil e Suécia que cujas escolhas foram intencionais. A escolha do Brasil tem que ver primeiro, com a proximidade cultural, incluindo a língua, para além da facilidade que se tem para colher os dados apriori, pelo contacto com investigadores brasileiros que actuam na docência em Moçambique. Já a escolha da Suécia tem que ver fundamentalmente com o facto de ser o primeiro país a aprovar uma Lei de Direito à Informação em 1766 e depois de centenários figurar como um dos países mais transparentes do mundo.

Para o caso de Moçambique, basicamente os dados foram recolhidos dos documentos (Lei de Direito à Informação) e dos estudos já realizados por instituições da sociedade civil sobre a transparência e o direito de acesso à informação.

Lei de Direito à Informação em Moçambique

Historicamente, o direito de acesso à informação pública é um tema relativamente novo no cenário internacional. Em Moçambique, está em fase de consolidação (PAES, 2011). Há 20 anos atrás, somente 10 países no mundo tinham aprovado a lei que garante aos cidadãos o direito de acesso à informação pública governamental (PAES, 2011; ANGÉLICO, 2012). Em 2007, este número passou para 52 países (PAES, 2011). E três anos mais tarde, isto é, em 2010, o mundo já contava com 90 países com leis nacionais de Direito a informação (ANGÉLICO, 2012).

Vale salientar que, conforme a UNESCO (2010) o direito à informação é “peça-chave nas engrenagens da Sociedade do Conhecimento” [...] e leva ao “empoderamento da população” e, conseqüentemente, à uma “participação qualificada na vida da sociedade”, o que levaria à proteção e promoção dos direitos humanos (ANGÉLICO, 2012).

Não obstante, o acesso à informação pública não é simplesmente o provimento de informações acerca do funcionamento do governo à população (LOPES, 2007). A efectivação do direito a informação é ainda mais complexa, na medida em que demanda a adopção de políticas públicas conducentes à promoção do acesso à informação e a proteção contra a negação do provimento da informação de interesse público por parte dos órgãos visados pela lei (PIRES et al. 2013:134).

A primeira lei de direito de acesso à informação pública surgiu no século XVII, mais precisamente em 1766 na Suécia, no período chamado “Era da Liberdade” (ANGÉLICO, 2012). A segunda só surgiu 185 anos depois, em 1951, três anos após a Declaração Universal dos Direitos

Humanos, na Finlândia. O terceiro país a adoptar a lei de direito de acesso a informação, foram os Estados Unidos de América através do Freedom of Information Act (Foia) em 1966 (ANGÉLICO, 2012; PAES, 2011).

Em Moçambique, o Direito de Acesso a Informação é protegido pela alínea 1 do Artigo 48 da CRM, o qual determina que: “Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o

direito à informação” (MOÇAMBIQUE, 2004). Porém, a Lei específica do Direito de Acesso à Informação é garantida pelo Decreto nº 31/2014 de 31 de Dezembro e regulado pelo Decreto nº35/2015 de 31 de Dezembro. O regulamento da Lei de Direito à Informação é preponderante para uma efectiva transparência, pois, a falta de previsão, em lei específica, de dispositivos que garantam a qualidade ao conteúdo da informação disseminada ou a sua organização acabaria por fragilizar o direito de acesso a informação (PAES, 2011).

Tabela 1 - Principais Aspectos da Lei Moçambicana de Direito à Informação

Dimensões	Conteúdo da Lei
Os Princípios da Lei	i) Máxima divulgação de toda a informação de interesse público; ii) transparência da actividade de entidades públicas e privadas; iii) permanente prestação de contas aos cidadãos; iv) administração pública aberta;

	v) permanente participação democrática dos cidadãos na vida pública (art. 4);
Informações que devem ser divulgadas	i) Organização e funcionamento dos serviços e conteúdos de decisões passíveis de interferir na esfera dos direitos e liberdades do cidadão; ii) plano de actividades e orçamento anuais, bem como os respectivos relatórios de execução; iii) relatórios de auditoria, inquéritos, inspecção e sindicância às suas actividades; iv) relatórios de avaliação ambiental; v) actas de adjudicação de quaisquer concursos públicos; vi) contratos celebrados, incluindo a receita e a despesa neles envolvidas (art. 6);
Meios que devem ser usados para a disseminação das informações	i) Boletim da República; ii) os meios de comunicação social impressos; iii) radiofónicos e televisivos; iv) página da Internet; e v) afixação em lugares de estilo (art. 6);
Prazo de resposta	As respostas as informações solicitadas devem ser dadas num prazo máximo de vinte e um dias, a contar da data de entrada do pedido (art. 16);
Custo do pedido ou recepção da informação solicitada	A disponibilização da informação é gratuita, excepto se implicar a reprodução, a declaração autenticada e a passagem de certidão, casos em que está sujeita a taxas (art. 17);
Restrições e limites de acesso a informação	O direito à informação pode ser restringido, condicionado ou limitado quando a informação solicitada tenha sido classificada como segredo de Estado, secreta, restrita e confidencial (art. 20);
Responsabilização pelo incumprimento	Compete ao Governo regulamentar a presente Lei e a criação da entidade responsável pelo seu cumprimento, no prazo de 180 dias, contados da data [31 de Dezembro de 2014] da sua publicação (art. 43).

Apesar de Moçambique ter introduzido esta importante Lei em 2014, um ano depois, em 2015 o Centro de Integridade Pública publicou um estudo sobre transparência de governos de 102 países. No ranking, Moçambique foi considerado um país não transparente ao obter 28 dos 100 pontos possíveis (CIP,

2015).

A tabela 2, Quadro Comparativo da Aplicação da Lei de Direito à Informação, é feita uma contraposição dos mecanismos, deveres legais, medidas de promoção e sanções ligadas à implementação e exercício da Lei de Direito à Informação em diferentes países:

Tabela 2 - Quadro Comparativo da Aplicação da Lei de Direito à Informação

País	Mecanismos de solicitação	Dever de publicar	Sanções	Medidas promocionais
Moçambique	Solicita-se ao órgão que detém a informação	A Lei prevê o dever de publicar	Não prevê quaisquer sanções	Não prevê quaisquer medidas promocionais
África do Sul	Faz-se a solicitação ao Chefe de informação	A Lei não prevê.	É crime punível até 2 anos de reclusão	A Lei prevê medidas de promoção do acesso
Uganda	Solicita-se ao órgão que detém a informação	Não prevê	Multa de até 11.50 \$ ou 3 anos de reclusão	Limitadas, cabendo ao responsável garantir a acessibilidade do registos
Brasil	Solicita-se ao órgão que detém a informação	A Lei prevê o dever de publicar	As sanções vão desde a suspensão, podendo até responder por improbidade administrativa.	Prevê
Suécia	Solicita-se ao órgão que detém a informação	Não prevê	Não prevê	Não prevê
EUA	Solicita-se ao órgão que detém a informação	Prevê como obrigatório	Não há clareza, dependendo de cada caso	Não prevê

Fonte: adaptado de Mendel (2009).

Vale notar que, as leis de direito à informação de Moçambique e dos EUA prevê o dever das instituições públicas de todas as informações de interesse público em várias plataformas. Não obstante, à par da Suécia, a Lei moçambicana não prevê nenhuma sanção ao funcionário ou gestor público por dificultar o acesso às informações em caso de solicitação. Num cenário oposto, a África do sul e Uganda prevê sanções que podem chegar à 2 anos e 3 anos de reclusão respectivamente. Sob ponto de vista de medidas promocionais do direito de acesso à informação, quer a lei nacional, quer a sueca, quer ainda a dos EUA não prevêem a adoção de nenhuma medida que visa promover a Lei de Direito à Informação.

Considerações Finais

O presente estudo concluiu que Moçambique tem ainda enormes desafios para tornar efetiva a implementação da Lei de Direito à Informação. À título de exemplo, a não previsão legal de sanções à quem negue, destrua, danifique, altere, oculte e/ou adultere a informação contribui decisivamente para a fragilização da transparência pública no país. Conjugando esta lacuna (falta de sanção) com a não previsão de medidas de promoção da Lei de Direito à Informação, pode-se inferir que enquanto muitos países no mundo procuram abrir cada vez mais a administração pública, Moçambique

caminha na contramão. Não ser transparente significa em outras palavras que o poder político moçambicano não presta contas aos cidadãos que os outorga poder e ademais, agindo assim, enfraquece o debate público, a participação cidadã na vida do país e estimula a ocorrência de práticas de corrupção.

A vontade política figura neste momento como a melhor alternativa para a saída do país deste cenário. Só para citar algum exemplo, o Brasil já introduziu um novo conceito de transparência, o da transparência ativa, ou seja, mais do que responder aos preceitos que a lei de direito à informação preconiza, publica todas as informações que julga de interesse público antes que este as solicite. Dito de outra forma, o Brasil já se antecipa às demandas informacionais e compreendeu que as leis de direito à informação são em outras palavras uma derrota à qualquer Estado uma vez que, não seriam necessárias se os governos informassem aos cidadãos dos atos que realizam em seu nome. Conforme advoga Campos (2013), se os anjos governassem os homens, não seriam necessários controles externos nem internos sobre o governo (CAMPOS, 2013).

Em suma, não existe nenhuma explicação democraticamente fundamentável para a não abertura da Administração Pública em Moçambique, pois o governo que atua próximo do cidadão e à este informar tempestivamente

sobre os seus actos terá maiores chances de ser reoutorgado poder no sufrágio seguinte uma vez que o histórico da sua governação será conhecido.

A presente investigação procurou, através da análise comparativa de políticas públicas e de contextos subnacionais, compreender os desafios em Moçambique para o aprofundamento das políticas de acesso à informação, transparência pública e accountability. A análise através da comparação com a experiência brasileira se mostra uma ponderosa estratégia metodológica, na medida em que, apesar de diferenças sociohistóricas, políticas e económicas expressivas, Brasil e Moçambique guardam também semelhanças que constituem o substrato para a institucionalização da transparência pública. São espaços nacionais marcados pela desigualdade profunda, vivenciam a experiência de serem ex-colónias portuguesas e tem sua trajetória histórica marcada por períodos de autoritarismo.

Espera-se que com a presente discussão novas agendas de pesquisa possam se desenvolver através da comparação da difusão de inovações no campo da Administração Pública em diferentes países africanos e outros contextos nacionais, sobretudo os latinoamericano e brasileiro, visto que a proximidade entre países como Brasil e Moçambique tem se estreitado nos últimos anos, com o intercâmbio e difusão de diferentes agendas e desenhos de

políticas públicas para esse país africano. Esse contexto se constitui em um rico cenário para compreensão dos desafios de uma Administração Pública orientada para o aprofundamento da transparência e do controle social.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio da CAPES, CNPq, FAPEMIG e do Governo de Moçambique.

Referências

- ANGÉLICO, F.; TEIXEIRA, M. A. C. Acesso à Informação e Ação Comunicativa: Novo Trunfo para a Gestão Social. Santa Catarina: Editora Unijui, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A Reforma da Administração Pública no Brasil. Personal page, 1996.
- BODART, C. N.; TORRES, K. R.; SILVA, R. S. Avaliação de sítios municipais da Região Metropolitana da Grande Vitória. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 20, n. 66, Jan./Jun. 2015.
- BRENDLER, K. M. Papel do Estado frente à evolução das pesquisas em material genético humano: fomentar ou coibir? Mestrado área de concentração em demandas sociais e políticas públicas. Santa Catarina, 2006.
- CRUZ, C. F. et al. Transparência da

- Gestão Pública Municipal. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 46(1):153-76, jan./fev., 2012
- FERNANDES, A. S.; BORGES, A. Ideias fora do lugar: o neoliberalismo como categoria de análise das políticas sociais no Brasil. VI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política: São Paulo, v. 15 – n. 46 - Jul/Set. 2008.
- GODOY, A. St. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. v. 35, n. 2, p.57-63 Mar./Abr. 1995.
- GUERRA et al. Análise epistemológica da nova administração pública à luz de Kuhn e Popper. Revista do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar. Ano IV, n. 1 - Out.2011/Mar. 2012.
- GUIMARÃES, T. A Nova Administração Pública e a abordagem da competência. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, Maio/Jun. 2000.
- LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco António Carvalho; PRADO, Otávio. Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas v.15 - n.47 - Out/Dez 2008.
- MARCONI, Maria de Andrade & Lakatos. Fundamentos de investigação científica. São Paulo, 2003.
- MENDEL, Toby. Liberdade de informação: um estudo de direito comparado. 2a ed. Brasília. UNESCO, 2009
- MENEZES, Graziela Arakawa Freire De. A construção da política de Governoelectrónica na Bahia e análise do grau de maturidade de sítios de secretarias de governo. Dissertação de Mestrado. Salvador, 2006
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOÇAMBIQUE. Constituição da República (2004). Constituição da República de Moçambique. Maputo, 2004.
- MOÇAMBIQUE. Decreto nº34/2014 de 31 de Dezembro, Lei de Direito à Informação. Maputo, 2014
- MOÇAMBIQUE. Regulamento nº35/2015 de 31 de Dezembro, Lei de Direito à Informação. Maputo, 2015
- NETO, Alberto Bracagioli; GEHLEN, Ivaldo Ivaldo & OLIVEIRA, De Lucio. Planejamento e gestão de projetos para o desenvolvimento rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- PAES, E. B. A construção da Lei de Acesso à Informação Pública no Brasil: desafios na implementação de seus princípios. Revista do Serviço Público. Brasília. 62 (4): 407-423 Out/Dez 2011.

- PARREIRAS, T. A. S.; CARDOSO, A. M.; PARREIRAS, F. S. Governo eletrônico: uma avaliação do site da Assembleia legislativa de Minas Gerais. In: CINFORM, 5, 2004, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2004.
- PIRES, Atrícia Menezes et al. Transparência da Gestão Pública Municipal: um estudo dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo. Revista Estudos do CEPE. Santa Cruz do sul, n.38, p.131-160, Jul./Dez. 2013.
- PINHO, José Antônio Gomes De. Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Salvador: EDUFBA, 2012.
- PRODANOV, Cleber Cristiano & FREITAS, Erma Cesar De. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- ROCHA, Arlindo Carvalho. Constituinte necessária das sociedades democráticas. Revista da Faculdade de Administração e Economia. v. 5, n. 1, p. 81-100, 2013.
- ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens Accountability. Contabilidade, Gestão e Governança. Brasília. v. 14 • n. 2 • p. 82 - 97 • Mai/Ago. 2011. ISSN: 1984-3925.
- SANTOS, Moacir José; CARNIELLO, Monica Franchi; OLIVEIRA, Edson Aparecido de Araújo Querido. Comunicação digital na gestão pública dos municípios da RMVP: acesso à informação, transparência e mecanismos de participação. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, 2013. ISSN 2317-5443
- SARAIVA, Luiz Alex Silva & CAPELÃO, Luiz Gonzaga Ferreira. A Nova Administração Pública e o foco no cidadão: burocracia X marketing? Revista de Administração Pública, 2000.
- SEABRA, Sérgio Nogueira. A Nova Administração Pública e mudanças organizacionais. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 2001.
- SEDIYAMA et al. Acesso à informação pública: o caso de uma Universidade Pública Federal de Ensino Superior. XXXVIII encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB1255.pdf.
- SOUSA, Fábila Jaiany Viana De et al. Índice de Transparência Municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade: Salvador, v. 3, n. 3, p. 94-113, Set./Dez. 2013. ISSN 2238-5320
- O'DONNELL, G. Accountability horizontal e as novas poliarquias. Lua Nova:

- São Paulo, n. 44, p. 27-52, 1998.
- YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010.
- YIN, R. K. Applications of case study. Bookman, 2003.
- PERREIRA, William Eufrásio Nunes. Do Estado Liberal ao neoliberal. Natal, v. 1 - n. 1 - Jan/Jun, 2004.
- BAIRRAL, Maria Amélia da Costa; COUTINHO, Adolfo Henrique; ALVES, Francisco José dos Santos. Transparência no sector público: uma análise dos resultados de gestão anuais de entidades públicas Federais no ano de 2010. Revista de Administração Pública: Rio de Janeiro, 49(3): 643-675, Mai/Jun. 2015.
- FIORI, José Luís. Estado de Bem-Estar: Padrões e crises. Revista de saúdecolectiva: Rio de Janeiro, 7(2): 129-147, 1997.
- OTRANTO, Célia Regina. O Neoliberalismo como proposta hegemónica. CPDA, n. 10, p. 11-18, 1999.
- CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, Reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. n. 3, ISSN: 1982-8004, 2008.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In Saber, E. e Gentili, P. Pós neocolonialismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. Paz e Terra: São Paulo, 1995.
- OLIVEIRA, F. B; SANT'ANNA, A. S & VAZ, S. L. Liderança no contexto da nova administração pública: uma análise sob a perspectiva de gestores públicos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 44(6):145375, Nov./Dez. 2010.
- GUMEDE, N.; DIPHOLO, K. B. Governance, Restructuring and the New Public Management Reform: South African Perspectives. Journal of Educational and Social Research MCSER Publishing. Rome, v. 4 n.6 Sep. 2014. ISSN 2239-978X ISSN 2240-0524.
- HOPE, Kempe Ronald. The new public management: context and practice in Africa. International Public Management Journal, Elsevier. 4 (2001) 119–134 Mar. 2001.
- LUNKES, R. J. et al. Transparência no sector público municipal: uma análise dos portais electrónicos das capitais brasileiras com base em um instrumento de apoio a decisão. Revista da CGU. Brasília. 7(10): 88-108, Jun/Jul. 2015.



América Latina y el Caribe: crisis, transformaciones y desafíos en el siglo XXI.
Latin America and the Caribbean: crisis, transformations, and challenges in the
Twenty-First Century.

Lorena Herrera-Vinelli¹

Clasificación PUBLINDEX-MINCIENCIA : Artículo de reflexión.

Recibido: Septiembre 2023

Aceptado: Noviembre 2023

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo central explicar y analizar los posibles desencadenantes estructurales de la crisis social y económica de América Latina y el Caribe en contextos de creciente globalización. Para ello, discute las principales aproximaciones sobre este concepto como elemento explicativo de las principales transformaciones, crisis y desafíos suscitados en la región durante el siglo XXI. Complementariamente, desde una perspectiva empírica el artículo pone en evidencia, por un lado, las recurrentes crisis de gobernabilidad como resultado de un rotundo rechazo a las decisiones de política pública adoptadas por gobiernos de turno que han desatendido las prioridades y demandas de la población, particularmente en la agenda social y económica. Por otro, reflexiona sobre la situación fiscal que han atravesado diversos países latinoamericanos, lo cual ha influido de manera directa sobre el incremento del endeudamiento de la región con instancias

¹ Lorena Herrera Vinelli es Doctora en Estudios Internacionales, Magíster en Relaciones Internacionales con Mención Seguridad y Derechos Humanos y Diplomado Superior en Relaciones Internacionales por FLACSO - Ecuador. Ingeniera en Comercio Exterior e Integración por la Universidad Tecnológica Equinoccial. Profesora titular de la Facultad de Ciencias Administrativas y Contables. Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Coordinadora de la Maestría en Relaciones Internacionales y Diplomacia con mención en Política Exterior en el Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN-Ecuador). Su tesis de maestría fue publicada en el Perfil Migratorio del Ecuador de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) y seleccionada en la categoría "Académicos" por la IV Escuela Regional MOST - UNESCO en Argentina en 2011. Sus contribuciones académicas se encuentran disponibles en:

<https://independent.academia.edu/LorenaHerreraVinelli>

tradicionales y no tradicionales, así como los nuevos desafíos que supone el resurgimiento de conflictos internacionales.

Palabras clave: crisis, globalización, gobernabilidad, política pública, endeudamiento, conflictos, poder.

Abstract

The central objective of this article is to explain and analyze the possible structural triggers of the social and economic crisis in Latin America and the Caribbean in contexts of increasing globalization. To do this, it discusses the main approaches to this concept as an explanatory element of the main transformations, crises and challenges that have arisen in the region during the 21st century. Additionally, from an empirical perspective the article highlights, on the one hand, the recurring crises of governance as a result of a resounding rejection of public policy decisions adopted by governments in power that have neglected the priorities and demands of the population, particularly on the social and economic agenda. On the other hand, it reflects on the fiscal situation that various Latin American countries have gone through, which has directly influenced the increase in the region's indebtedness with traditional and non-traditional entities, as well as the new challenges posed by the resurgence of international conflicts.

Keywords: crisis, globalization, governance, public policy, indebtedness, conflicts, power.

Introducción

En el escenario internacional contemporáneo se han consolidado crisis, transformaciones y desafíos crecientes para América Latina y el Caribe. Estos elementos han tenido un impacto en la agenda económica y social de la región como resultado de una diversidad de elementos. En ese sentido, el objetivo del estudio consiste en explicar y analizar los posibles desencadenantes estructurales de la crisis social y económica de ALC en contextos de creciente globalización, una región convulsa política, social y económicamente en los últimos años.

El presente artículo de reflexión se estructura de la siguiente manera. La primera parte, reflexiona en torno al marco teórico de la propuesta centrado en la globalización como un elemento explicativo de las principales transformaciones que se han suscitado en el siglo XXI y los desafíos que supone dicho fenómeno para América Latina y el Caribe. Se propone como argumento que además de su aproximación multidimensional, la globalización debe ser comprendida como una perspectiva multifacética dado el sinnúmero de variables y hechos que explican el escenario en que la misma tiene lugar; surgen así dinámicas de

globalización más contemporáneas y asociadas a problemas y desafíos comunes. Complementariamente, el artículo propone que la globalización implica un proceso multinivel complejo, en que los ámbitos domésticos, regionales y sistémicos están cada vez más interrelacionados entre sí, por lo tanto, incide y a la vez afecta a cada uno de estos niveles y su natural interrelación. La segunda parte, presenta la discusión de la propuesta a partir de una reflexión analítica y crítica sobre los posibles desencadenantes estructurales de la crisis social y económica en la región latinoamericana. En esta misma sección, serán incluidas las reflexiones finales del artículo, mismas que ponen en contexto que en el escenario de cambios, crisis y desafíos en los que está inmersa la región latinoamericana, resulta necesario construir y diseñar propuestas de política pública que además de involucrar los temas tradicionales de la agenda en el nivel sistémico, puedan incluir y a la vez expandir elementos positivos del proceso de globalización en el nivel regional e internacional y viceversa. Metodológicamente, el presente artículo aplica como técnica de sistematización y análisis la revisión documental de fuentes de información diversas como libros, artículos académicos, informes oficiales, notas de prensa, mismas que están relacionadas directamente con la discusión planteada. Un acápite final presenta las referencias bibliográficas aplicadas para la

construcción y desarrollo de la propuesta.

Marco teórico: La globalización como una categoría explicativa del cambio:

Los procesos vinculados a la globalización han conllevado la intensificación de diversos cambios estructurales en el sistema internacional. Dichos cambios tienen un efecto sobre dinámicas en el nivel regional pero también en el nivel doméstico. Es posible así referirnos a un orden internacional caracterizado por complejas relaciones entre actores estatales, empresas transnacionales, organizaciones internacionales y no gubernamentales en un escenario de crecientes cambios y reconfiguraciones. Pero, ¿cómo definir este concepto? La literatura relacionada considera la complejidad existente por consolidar una definición única y exclusiva. En este sentido, “el término globalización no solo es polisémico, vago y ambiguo, sino que es usado según las conveniencias para denostar, alabar o simplemente describir fenómenos propios de la realidad internacional” (Piana y Cruz 2017:156). Los mismos autores sugieren que es posible “considerar a la globalización también como un proceso, sobre todo, referenciado a un conjunto de sucesos que se generan a partir de interacciones transnacionales, esto es, a partir de “la creciente gravitación de los procesos financieros, económicos, ambientales,

políticos, sociales y culturales de [carácter] mundial en [aquellos] de carácter nacional o regional” (Comisión Económica para América Latina y el Caribe 2002:17; Piana y Cruz 2017).

En efecto, existen diversas posiciones sobre la globalización como concepto. Por un lado, se han consolidado visiones optimistas versus aquellas que la conciben como un proceso hostil. Ciertas aproximaciones destacan el rol positivo que ha tenido la globalización como un elemento sustantivo del desarrollo económico a partir de una mayor internacionalización y articulación entre los actores en el nivel doméstico, regional e internacional. Contrariamente, se destacan aquellas visiones críticas de su ascenso en relación al acentuamiento de la pobreza, exclusión y desigualdad (Fondo Monetario Internacional [FMI], 2000). Cabe mencionar que, desde una perspectiva conceptual, se destacan aquellas definiciones asociadas con el comercio, la tecnología y la trascendencia de los flujos y mercados financieros internacionales. En este sentido: “La “globalización” económica es un proceso histórico, el resultado de la innovación humana y el progreso tecnológico. Se refiere a la creciente integración de las economías de todo el mundo, especialmente a través del comercio y los flujos financieros” (FMI, 2000). Esta visión, se articula adecuadamente con las iniciativas y decisiones adoptadas por la

región latinoamericana en la década de los noventa como se verá más adelante, pero también explica la rápida expansión del modelo económico neoliberal adoptado por diversas economías latinoamericanas, mismo que continúa siendo el imperante.

La Comisión Económica para América Latina y el Caribe sugiere a la globalización como “la creciente gravitación de los procesos económicos, sociales y culturales de carácter mundial sobre aquellos de carácter nacional o regional” (CEPAL, 2002). En este contexto de creciente interdependencia a nivel global, la CEPAL recomendó a los países de ALC sobre los grandes desafíos en términos de los riesgos e incertidumbres en los mercados financieros y económicos internacionales, sobre la necesidad de emprender nuevas estrategias para lograr una mejor posición y competitividad a nivel internacional y la posibilidad de profundizar el acentuamiento de brechas entre los actores privados, sociales y regionales (CEPAL 2002). Además, la visión de la CEPAL sobre la globalización la concibe desde una perspectiva multidimensional, superando la connotación económica e incluso entendiéndola como una “globalización de los valores”, que es la extensión gradual de principios éticos comunes” (CEPAL, 2002). Un reciente estudio señala:

En general podemos entender que la globalización es un proceso que une a las personas, comunidades, localidades,

regiones y países, donde no todos participan de igual forma. Su impacto en las posibilidades y retos van a tener una importante respuesta de los diferentes sectores sociales. En un comienzo se entendió la globalización como un proceso económico. Sin embargo, cada vez más los aspectos políticos, sociales y culturales son más significativos. Los medios de comunicación, información y las redes sociales hacen que la globalización se viva en cada segundo que miramos (Maymí-Sugrañes, Peterson Rodríguez, y Sánchez-Jofras 2019:13).

Como se puede apreciar, esta perspectiva, a diferencia de otras aproximaciones, incluye a los actores de la sociedad civil, resaltando un elemento de suma relevancia y que debería servir como elemento de reflexión: la débil participación de dichos actores en este proceso. De otro lado, algunos analistas sugieren que en el contexto post pandemia se instauró un proceso de (re)globalización; ello pese a lo que denominan tendencias desglobalizadoras entre las cuales encontramos asuntos vinculados al comercio y sus tensiones en este ámbito de cuestiones (como la guerra comercial entre Estados Unidos y China); temas relacionados a la inestabilidad de los mercados financieros internacionales y por supuesto el surgimiento del conflicto Rusia-Ucrania (Olivie y Gracia-Santos 2023). Además, mencionan que:

Al igual que en episodios anteriores, la recuperación post-crisis trae consigo la aceleración de tendencias estructurales

previas, como el auge de Asia y la caída relativa de Europa, o el liderazgo en la dimensión blanda en la recuperación, junto con otras nuevas tendencias, de momento coyunturales, como el aumento del perfil internacional de los países petroleros. (Olivie y Gracia-Santos, 2023)

Así también, se han abordado perspectivas que insisten en la necesidad de articular a la globalización como proceso en constante expansión con las políticas públicas y maximizar los efectos positivos de la misma en temas que sean prioritarios y beneficiosos para los intereses colectivos. Al respecto, una reciente reflexión señala que:

Cuando los efectos de las políticas nacionales desbordan sus fronteras, pero son positivos para terceros países, se debe profundizar en la globalización. Este es el caso de las políticas de salud pública y del clima. En estos terrenos, los esfuerzos y los avances que se hagan en un país benefician a todos. De ahí que les llamemos bienes públicos globales. Es en estos campos donde debemos buscar una mayor globalización. (Costas, 2021).

En la actualidad, referirse a la globalización como proceso involucra además de los elementos hasta aquí expuestos, a una agenda que es fundamental y que está asociada a temáticas y nuevos desafíos del sistema internacional del siglo XXI como el medio ambiente; la innovación, el desarrollo, la tecnología y la robótica; la presencia y expansión de las operaciones delictivas del crimen

organizado transnacional, el surgimiento de nuevos conflictos, por mencionar algunos. Por lo tanto, hablamos de que además de su multidimensionalidad, su perspectiva es multifacética dado el sinnúmero de variables y hechos que explican el escenario en que la misma tiene lugar; surgen así dinámicas de globalización más contemporáneas y asociadas a problemas y desafíos comunes del siglo XXI. Una segunda propuesta, consiste en entenderla como un proceso multinivel complejo, en la que los ámbitos domésticos, regionales y sistémicos están cada vez más interrelacionados entre sí, por lo tanto, la globalización incide y afecta a cada uno de estos niveles y su natural interrelación.

Discusión: Desencadenantes estructurales de la crisis social y económica en América Latina y el Caribe: un análisis en el siglo XXI.

América Latina y el Caribe viene atravesando escenarios de crisis recurrentes, complejidades e incertidumbres que han tenido un impacto en la agenda económica y social de la región como resultado de una diversidad de elementos. Desde una perspectiva estructural, es posible señalar que la década de los años noventa constituye un momento crucial para complejizar las dinámicas y apuestas más representativas de los países en la región en términos de la instauración de

modelos de desarrollo centrados en la economía y tendientes a la apertura, la liberalización y la rápida inserción en la estructura comercial global. Es así que en dicha estructura se gesta con fuerza el auge de la globalización económica, lo que posibilitó en parte la consolidación de un modelo neoliberal económico presente en la región a través de diversas decisiones de política comercial externa como la apuesta por la integración económica comercial a partir del regionalismo como plataforma de acción efectiva (Tratado de Asunción que crea el Mercado Común del Sur), la negociación de tratados de libre comercio y la participación en esquemas económicos como el Foro de Cooperación Económica Asia-Pacífico (APEC), integrado por economías latinoamericanas como Chile, México y Perú. Este momento, se conoció también como el periodo del regionalismo abierto. Más adelante, en los albores del siglo XXI, al tiempo que se consolidan nuevas tendencias e iniciativas en el marco del regionalismo post liberal (Chaves, 2010; Malamud, 2011; Preciado y Florido, 2013; Riggirozzi y Tussie, 2012) los intensos ciclos políticos y económicos presentes en la región, motivaron por ejemplo la apuesta por modelos regionalistas hacia la integración de la participación, el impulso de la coordinación de políticas y la posibilidad de construcción de un espacio de convergencias en la agenda regional, sin dejar a un lado el componente económico como parte

fundamental de estos procesos. Como ejemplos de ello, surgen las iniciativas como la Unión Sudamericana de Naciones (UNASUR) en 2008 y la Comunidad de Estados Latinoamericanos (CELAC) en 2011.

Complementariamente, y como resultado de la presencia de China en ALC la región alcanzó indicadores de crecimiento económicos más estables, prioritariamente, como un efecto directo de la demanda de bienes de ALC con bajo valor agregado conocido como el periodo del boom de los commodities. El comercio bilateral creció de manera relevante impulsando una influencia multidimensional en la región en diversos ámbitos políticos, económicos y transnacionales. En efecto, el poder económico de China consiste en un proceso que se viene gestando desde 1978 con su modelo open doors policy el cual, posibilitó las bases del crecimiento, desarrollo y modernización que la RPC ha alcanzado hasta convertirse en la segunda economía global y un socio comercial estratégico para América Latina y el Caribe en el siglo XXI (Herrera-Vinelli, 2021). A esto se añaden elementos de articulación de suma importancia en el nivel político-diplomático como son las Asociaciones Estratégicas sino-latinoamericanas que China ha asignado a diversos países de la región como Brasil, México, Venezuela, Argentina, Perú, Chile y Ecuador con los cuales ha profundizado los ámbitos de la cooperación política, económica,

financiera, comercial y cultural a través de Asociaciones Estratégicas Integrales; posiciones de alta convergencia entre países pequeños latinoamericanos y China en las decisiones de política internacional que éstos adoptan en instancias multilaterales como la Asamblea General de Naciones Unidas “en las temáticas de comercio internacional, cooperación, derecho internacional humanitario, descolonización y territorios no autónomos” (Herrera-Vinelli, 2021, p.86) y una intensa cooperación en materia de financiamiento e inversiones en sectores estratégicos de la economía. Una de las recientes apuestas de China en la región es su presencia como inversor, contratista y prestamista en proyectos de infraestructura portuaria en diversos países, destacando el caso centroamericano (Herrera-Vinelli, 2023).

Complementariamente, la profundización de relaciones sino-latinoamericanas ha estado marcada por intereses geopolíticos que se visibilizan en la demanda de recursos energéticos, de productos alimentarios provenientes del sector agrícola y en la penetración de productos manufacturados chinos en los mercados de la región. Ramírez señala que el vínculo comercial de China respecto a América Latina se basa en la demanda de diversos commodities, que en cierta medida se explica por los problemas deficitarios que China presentó en los años noventa en sectores de suma importancia para su industrialización como

el cobre, mineral de hierro y soja, entre los principales (Ramírez, 2013, p.241).

En efecto, la RPC ha proporcionado financiamiento a la región mismo que en el caso de los préstamos de bancos chinos como Ex-Im Bank y CDB en la actualidad alcanzan los USD 136 billones de dólares en diversos sectores estratégicos de las economías latinoamericanas (Ray & Myers, 2023) al tiempo que han mitigado los efectos del intenso déficit fiscal que caracteriza a varios países. Pese al relevante rol de China en este ámbito de cuestiones, diversos países latinoamericanos apostaron nuevamente por las instituciones de financiamiento tradicionales como el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial. De acuerdo con un reciente informe, la región latinoamericana venía incrementado sus niveles de endeudamiento hasta alcanzar el 72% de su PIB en el contexto de la crisis del covid-19 (Banco Interamericano de Desarrollo [BID] 2023). Adicional a ello, el BID sugiere que “a falta de un conjunto concertado de políticas para aumentar el crecimiento, América Latina y el Caribe solo podrá crecer según las estimaciones más bien escasas de crecimiento potencial (en torno al 2,5% anual)” (BID, 2023).

Otra de las características particulares de la región latinoamericana es que la misma ha atravesado constantes crisis políticas, económicas y sociales en diversos países, las cuales tienen una base común

orientada al descontento social, aumento de los índices de pobreza, inequidad, crisis de gobernabilidad, por mencionar algunos de los más representativos; por ilustrar este punto, podemos referirnos a las múltiples crisis en Chile, siendo la agenda social uno de los pilares que han motivado el descontento y la movilización social contra las decisiones y políticas públicas adoptadas por regímenes políticos en una diversidad de temáticas.

En el momento político actual se observa una presión enorme para una agenda de reformas políticas y sociales muy amplias en el ámbito de las pensiones, la educación, los salarios y las condiciones laborales, en paralelo al desarrollo de un proceso para generar una nueva constitución política. (Artaza y Méndez 2020:2)

Otro ejemplo, es la crisis en Ecuador desatada en el gobierno del ex presidente Lenin Moreno en el año 2019 a raíz del anuncio que hiciera su gobierno para implementar un paquete de medidas “que, entre otras medidas, puso fin a 40 años de ayudas financieras para mantener bajos los precios de las gasolinas y el diésel” (Barría 2019). También en el actual gobierno del presidente Guillermo Lasso las movilizaciones persistieron a nivel nacional, mismas que fueron lideradas por diversas organizaciones indígenas y colectivos de la sociedad civil en respuesta a una serie de decisiones adoptadas desde el poder Ejecutivo en detrimento de temas sensibles como la agenda social. Según un informe internacional,

la respuesta del gobierno del presidente Lasso hacia los manifestantes produjo “crisis de derechos humanos con múltiples denuncias de hostigamiento, uso excesivo de la fuerza, detenciones arbitrarias, malos tratos, y criminalización de manifestantes, periodistas y personas defensoras de derechos humanos” (Amnistía Internacional 2022). A estos elementos se añade la crisis política producida por su decisión de disolver la Asamblea Nacional mediante el Decreto Ejecutivo 741 en el mes de mayo de 2023. Otro país latinoamericano que ha atravesado por profundas convulsiones es Perú. Y es así que este país andino se ha caracterizado por una inestabilidad política creciente con un total de 11 presidentes desde inicios del siglo XXI, reiteradas manifestaciones sociales, polarización y hasta jefes de estado acusados de actos de corrupción (Cordero 2023). Los elementos antes mencionados, solo por precisar algunos de los casos más representativos en donde claramente se evidencia la profundización de la crisis e incertidumbre en el nivel doméstico, pero además pone de relieve la situación compleja e incierta que caracteriza a la mayoría de países de la región en los últimos años.

Adicional a estos elementos, se observan indicadores de crecimiento debilitados particularmente desde la crisis financiera internacional del año 2008, la era del fin del boom de los commodities (2002-2012) y posteriores escenarios que mostraban un intenso (de)crecimiento económico

particularmente desde el año 2019, anterior a la crisis pandémica del covid-19. Frente a este contexto, para el año 2020: “ALC sufrió una contracción económica de 7,2 %, misma que incluye una recesión más impactante que la pasada crisis financiera mundial de 2008 y la crisis de la deuda de la década de los 80” (Banco Mundial 2021; Herrera-Vinelli, Colmenares, y León 2023:369). El escenario post covid-19 resultó complejo para los países de ALC en todas las dimensiones posibles. Como se mencionó anteriormente, además del factor económico, este fenómeno evidenció las serias debilidades que diversos países de la región presentaron en el manejo de la crisis pandémica como es el caso de Brasil, sumados a la creciente vulnerabilidad de determinados países a las fluctuaciones de los precios en el mercado internacional como las economías exportadoras de gas y petróleo (Herrera-Vinelli et al. 2023). “A esto se suman crisis políticas, financieras, económicas, institucionales y sociales que provocaron que los efectos de la pandemia del coronavirus se hayan sentido con mayor intensidad en diversos sectores” (Herrera-Vinelli et al. 2023).

En medio de esta situación, y cuando la región menos lo esperaba, tuvo lugar el resurgimiento del conflicto entre Rusia y Ucrania en febrero del año 2022, mismo que, como veremos a continuación, plantea un hecho con incidencias sobre temas múltiples y sensibles para la agenda de América Latina y el Caribe. El mismo

tiene lugar en un escenario complejo caracterizado por diversos elementos como:

[el] desigual ritmo de vacunación contra la enfermedad por coronavirus (covid-19) y nuevas variantes del virus; presiones inflacionarias y dificultad para mantener el estímulo fiscal; tensiones comerciales y riesgos en el sector inmobiliario de China; disrupciones en las cadenas de suministro y alza de fletes, así como eventos extremos debido al cambio climático. (Bárcena 2022:1)

Frente a ello, Bárcena señala la existencia de al menos tres elementos que influyen de manera directa hacia la región como el comercio, precios y el ámbito financiero. En el ámbito comercial, el contexto de debilitamiento que venía mostrando el comercio a nivel global tiene lugar inclusive previo a la crisis pandémica mostrando una intensa caída de aproximadamente un 16,9% en mayo 2020 en comparación con el mismo periodo del 2019, con una recuperación importante del 24,6% en abril de 2021 que, aunque es representativa, no alcanza a mostrar tendencias de una recuperación plena (Bárcena 2022).

Como señala un reciente informe de la Organización Mundial del Comercio [OMC]:

El comercio de mercancías se ralentizó en el segundo semestre de 2022, debido a que la economía mundial tuvo que hacer frente a varios factores relacionados, como

la guerra en Ucrania, la elevada inflación y los persistentes efectos de la pandemia de covid-19. El crecimiento interanual del comercio mundial de mercancías descendió un 4,4% en el segundo trimestre de 2022, y en el segundo semestre se prevé un menor crecimiento (2022, p. 21).

De acuerdo con Bonilla (2023), el desempeño económico de la región no será óptimo a lo largo del 2023, y este panorama se contempla más allá de determinadas variables como la posición ideológica de los liderazgos políticos, la cual, no incide sobre este resultante que se aproxima a un 1,2% (Bonilla, 2023).

En cuanto al segundo efecto, este componente está relacionado con las distorsiones de los precios de algunos commodities a nivel internacional, como son los hidrocarburos, productos agrícolas y los precios de los metales. Un reciente informe de la OMC señala que:

Los precios de los productos energéticos y alimenticios aumentaron bruscamente tras el estallido de la guerra en Ucrania. En septiembre de 2022, los precios de la energía habían aumentado un 47% en términos interanuales y un 125% con respecto a enero de 2021. (2022 p. 25)

Esta notable volatilidad se explica en parte, dado que, en el caso de la estructura productiva de la región latinoamericana, la misma mantiene una alta dependencia de productos provenientes del sector primario exportador, caracterizado por su escasa tecnología e innovación, baja

competitividad y una alta vulnerabilidad en la economía internacional. Adicional a estos elementos, la guerra ruso-ucraniana abrió el debate sobre la importancia a nivel global de la agenda de seguridad alimentaria, muy afectada como se mencionó con anterioridad en el contexto de la crisis pandémica, y que conlleva nuevos desafíos para la región en términos de las estrategias, iniciativas y decisiones de política internacional (en el nivel doméstico y regional) que se implementarán a la luz del ámbito alimentario.

En la región, el aumento de los precios de los alimentos ha superado el crecimiento de los salarios y los ingresos de los hogares desde el inicio de la pandemia. En este contexto, el choque adicional del lado de la oferta provocado por el conflicto añade presión sobre los precios en un entorno ya complejo. El aumento de todas las formas de malnutrición es uno de los posibles resultados. Como consecuencia de la pandemia, la prevalencia de la inseguridad alimentaria severa en América Latina y el Caribe se incrementó 4 puntos porcentuales entre 2019 y 2020, llegando al 14,2% en 2020 (92,8 millones de personas). El Caribe es la subregión más afectada, con una prevalencia del 39,2%. En 2020, el 40,9% de la población regional se vio afectada por algún tipo de inseguridad alimentaria (moderada o severa), y la proporción llegó al 71,3% en el Caribe. (Bárcena, 2022, p. 8).

Mientras que, el tercer efecto se relaciona con el ámbito financiero. Según menciona el informe el conflicto tendrá efectos sobre:

El aumento de la volatilidad financiera y la aversión global al riesgo como resultado de la invasión de la Federación de Rusia a Ucrania perjudica los flujos de capital hacia la región. Lo anterior podría estar acompañado por depreciaciones de las monedas locales, lo que a su vez conducirá a una mayor inflación (Bárcena, 2022, p. 8).

Un reciente informe del Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe, señala que el panorama fiscal anterior a la crisis pandémica resultaba complejo para la mayoría de los países de la región y en ese contexto eran notorias las acciones para reducir los altos montos de deuda internacional contraída así como las acciones para combatirla a través de la búsqueda de acceso a mercados e inversiones (Arreaza 2022).

Finalmente, resulta importante referirse a un ámbito preocupante como el tema del empleo. De acuerdo a un reciente informe “se prevé que el empleo mundial crezca un 1,0 por ciento en 2023, lo que supondrá una desaceleración notable con respecto a la tasa de crecimiento del 2,3 por ciento de 2022” (Organización Internacional del Trabajo 2023:4). Esta reducción sustantiva en los indicadores globales de empleo afecta de manera directa la capacidad adquisitiva de las personas, profundiza la inequidad y las brechas sociales y precariza las condiciones de vida de los trabajadores y sus familias. La OIT señala además que a raíz de la crisis pandémica se ha acentuado la informalidad de los trabajadores a nivel global, lo cual produce

un desplazamiento hacia empleos de peor calidad que menoscaban los derechos sociales más elementales, teniendo un efecto directo sobre el aumento de la pobreza (OIT, 2023). Otro de los aspectos preocupantes consiste en el déficit de empleo que se está intensificando a nivel internacional, y por supuesto tiene consecuencias sobre las dinámicas del mismo en la región latinoamericana. En este sentido, el informe menciona que el déficit mundial de empleo “es una nueva medida de la necesidad insatisfecha de empleo en el mundo. Se compone de 205 millones de desempleados –lo que equivale a una tasa del 5,8 por ciento de desempleo– y de 268 millones de personas” (Organización Internacional del Trabajo 2023:2).

En conclusión, el presente artículo de reflexión ha propuesto que la globalización consiste en un elemento explicativo de las principales transformaciones, crisis y desafíos suscitados en América Latina y el Caribe en el siglo XXI. Si bien constituye un concepto complejo, polifacético y difícil de complejizar, el mismo permite explicar algunos de los sucesos y dinámicas más representativas por las que ha atravesado la región latinoamericana en los últimos años. Desde una discusión analítica y crítica sobre los posibles desencadenantes estructurales de la crisis social y económica de ALC, es posible observar una región convulsa política, social y económicamente, la cual, ha intentado

establecer diversas estrategias en lo doméstico, regional e internacional pero también mitigar los efectos adversos de su naturaleza vulnerable en los entornos económicos y financieros internacionales. Una de esas estrategias, consistió en las diversas articulaciones que América Latina y el Caribe logró consolidar con la RPC en el contexto del auge del boom de los commodities. Este momento brindó una oportunidad para las economías latinoamericanas en términos de la diversificación de mercados, aumento en el porcentaje de las exportaciones y la consolidación de nuevos lazos con los países del Asia-Pacífico. No obstante, la región ha sido duramente golpeada por constantes crisis económicas, financieras y constantes shocks en los precios de las materias primas a nivel internacional. Pero, además, ha estado caracterizada por recurrentes crisis de gobernabilidad en el nivel doméstico como resultado de un rotundo rechazo a las decisiones de política pública adoptadas por gobiernos de turno que han desatendido las prioridades y demandas de la población, particularmente en la agenda social y económica. Complementariamente, la compleja situación fiscal que han atravesado diversos países latinoamericanos ha influido de manera directa sobre el incremento del endeudamiento de la región con instancias tradicionales y no tradicionales. Y en este contexto, la crisis pandémica y el conflicto ruso-ucraniano

han configurado un escenario de mayor incertidumbre para ALC, abriendo nuevos desafíos como la agenda de seguridad alimentaria en un escenario de crecientes asimetrías, brechas e inequidades que se han intensificado en el escenario post covid-19. En definitiva, la globalización como proceso multidimensional, multifáctico y multinivel es inevitable en el siglo XXI. A lo largo de esta propuesta, se han analizado lo que se denominan detonantes estructurales en un intento de aportar a una comprensión significativa de la crisis social y económica en la que está inmersa América Latina y el Caribe. Esta reflexión pretende además elevar algunas recomendaciones de política pública para la región en el mencionado contexto de globalización que seguirá intensificándose a lo largo del tiempo. En el escenario de cambios, crisis y desafíos en los que está inmersa la región latinoamericana, resulta necesario construir y diseñar propuestas de política pública que además de involucrar los temas tradicionales de la agenda en el nivel sistémico, puedan incluir y a la vez expandir elementos positivos del nivel regional e internacional y viceversa. De esta manera, se busca que los países de ALC puedan diseñar planes, programas y proyectos de política pública orientados a mitigar los desafíos del entorno globalizante más desafiante, pero, además, desarrollar una capacidad de mayor resiliencia, autonomía y acción (doméstica, regional y sistémica) frente a

la multiplicidad de eventos y crisis políticas, económicas, sociales recurrentes en los últimos años. Otra apuesta consiste en la coordinación de políticas, decisiones e iniciativas en el nivel regional, el cual, si bien se ha debilitado en los últimos años, continúa siendo un mecanismo activo y que requiere fortalecimiento, liderazgo y participación de todos los países de ALC. Todo ello como estrategia y plataforma de acción frente a los nuevos desafíos de un entorno internacional cada vez más complejo e incierto.

Referencias

- Amnistía Internacional. 2022. «Ecuador: Represión contra protestas está causando crisis de derechos humanos».
- Arreaza, Adriana. 2022. «Panorama fiscal de América Latina y El Caribe: lo bueno, lo malo y lo difícil».
- Artaza, Osvaldo, y Claudio Méndez. 2020. «Crisis social y política en Chile: la demanda por acceso y cobertura universal de salud». Revista Panam Salud Publica.
- Banco Interamericano de Desarrollo. 2023. «Deuda, crecimiento y tasas de interés: evaluando la sostenibilidad en América Latina y el Caribe».
- Banco Mundial. 2021. «Banco Mundial».
- Bárcena, Alicia. 2022. «Efectos económicos y financieros en América Latina y el Caribe del conflicto entre la

Federación de Rusia y Ucrania».

Barría, Cecilia. 2019. «Crisis en Ecuador: 4 razones que explican la crisis que llevó a Lenín Moreno a decretar el “paquetazo” que desató las protestas».

Bonilla Soria, Adrián. 2023. «América Latina y el orden».

CEPAL. 2002. «Comisión Económica para América Latina y el Caribe».

Chaves García, Carlos. 2010. «La Inserción internacional de Sudamérica: la apuesta por la Unasur.» Iconos. Revista de Ciencias Sociales 29-40.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe. 2002. «Globalización y desarrollo. Vigésimo periodo de sesiones.»

Cordero, Alvaro. 2023. «¿Cuál es el origen de la crisis política que sacude a Perú?»

Costas, Antón. 2021. «¿La pandemia es el fin de la globalización tal y como la conocemos?»

Fondo Monetario Internacional. 2000. «La globalización: ¿Amenaza u oportunidad?»

Herrera-Vinelli, Lorena. 2021. A la sombra del dragón. Interdependencia asimétrica de China con Ecuador y Costa Rica. Flacso Ecuador y Universidad Nacional de Costa Rica. Quito.

Herrera-Vinelli, Lorena. 2023. «China's Seaports in Central America and the Caribbean: The Cases of Panama and Jamaica». en Chinese Overseas

Ports in Europe and the Americas Understanding Smooth and Turbulent Waters, editado por J.-M. F. Blanchard. New York: Routledge.

Herrera-Vinelli, Lorena, Alexis Colmenares, y Lucía León. 2023. «América Latina y el Caribe en el orden post-pandémico: escenarios prospectivos de China y Estados Unidos en torno a la región al año 2030». Pp. 367-431 en Nuevos mapas. Crisis y desafíos en un mundo multipolar. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO.

Malamud, Andres. 2011. «Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional». Norteamérica, diciembre, 219-49.

Maymí-Sugrañes, Héctor, Heberto Peterson Rodríguez, y Jorge Sánchez-Jofras. 2019. Persistencia y cambio de la globalización: Reflexiones para el siglo XXI. Instituto Educativo del Noroeste. Baja California.

Olivé, Iliana, y Manuel Gracia-Santos. 2023. «(Re)globalización tras la pandemia. Análisis de los resultados del Índice Elcano de Presencia Global 2022».

Organización Internacional del Trabajo. 2023. «Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo».

Organización Mundial del Comercio. 2022. «Examen estadístico del comercio mundial de 2022».

Piana, Ricardo, y Juan Cruz. 2017. «Globalización, interdependencia compleja y mundialización: la dialéctica entre lo global y lo local». *Revista Razón Crítica* (3):145-73.

Preciado Coronado, Jaime, y Angel Florido. 2013. «La Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC); integración 'postneoliberal', neoliberal ortodoxa y contrahegemónica». Pp. 187-214 en *Nuevos Escenarios para la Integración de América Latina*, editado por C. Silva y C. Martins. Buenos Aires: Universidad de Artes y Ciencias Sociales.

Ramírez, Arlen. 2013. «China–América Latina: implicaciones para la hegemonía estadounidense». Pp. 235-51 en *Estados Unidos: ¿una hegemonía del fin del mundo?*, editado por J. L. Orozco y J. Gallegos Olivera. México D.F.: UNAM.

Ray, Rebecca, y Margaret Myers. 2023. «China-Latin America Finance Database».

Riggirozzi, Pia, y Diana Tussie. 2012. *The Rise of Post-hegemonic Regionalism*. Londres y New York: Springer.